

Educação e cidadania

Divulgado, e em discussão acesa, um projeto para a educação paulista. Ele visa a uma essencial e urgente racionalização da infraestrutura — de recursos humanos e prédios — da educação do Estado, sucateada por muitos anos de inércia e maus tratos. A discussão que o projeto está causando é saudável. Saudabilíssima. Afinal, ele toca fundo nas praxes educacionais atualmente em curso. É preciso, pois, que todos saibam o que vai acontecer. E que façam com que aconteça o melhor.

Pegando carona na discussão, vale lembrar que a descentralização que ele patrocina — desde a forma e os agentes de sua implementação — coincide com a trajetória — também descentralizante — de medidas e propostas



Compromisso maior do projeto paulista é com a racionalização de recursos

federais, como, por exemplo, a regionalização da escolha do livro didático.

O compromisso maior do projeto paulista é, no entanto com a racionalização de recursos, absolutamente essencial para a qualificação do salário do professor, qualificação para a qual também aponta a proposta do ministério de um piso salarial para o magistério, idéia que pede, além de mercedas alvíssaras, rápida aprovação pelos

canais competentes.

Outra aposta do projeto paulista é a parceria: obrigação do Estado, a responsabilidade pela oferta e qualificação da educação precisa ser dividida por suas diferentes instâncias, e assumida por aquelas que melhores condições tiverem para isso. Oferecer a melhor educação possível inclui estar ao

alcance do berro de seus usuários, o que, decididamente, não é o caso de nenhuma superquadra de Brasília, para todos os brasileiros que vivem fora do perímetro do Planalto Central.

Os parceiros para a necessária qualificação do ensino brasileiro precisam ser vários e entre eles se destaca a universidade.

Na linguagem rigorosa da pesquisa universitária, aliás, é que se fazem as pesquisas que fundamentam tanto a projetar a redistribuição das verbas voltadas para a educação quanto uma melhor utilização de pessoal e de prédios. Mas a função da universidade ainda não se encerra no levantamento de dados e na produção de diagnósticos.

Mesmo otimizando-se a infraestrutura e garantindo-se a aplicação das verbas da educação em *educação*, os índices de evasão e de repetência continuarão assustadores, se não se otimizar o desempenho do professor. Isto é, se ele não conhecer muito bem o que ensina, não souber como ensinar e não souber avaliar a aprendiza-

gem do que ensinou.

São, como se vê, muitos e variados os saberes urgentemente necessários para pôr de pé a educação brasileira.

E todos indispensáveis, e que não virão por *acréscimo*, nem como subproduto automático de uma reforma. Nem administrativa nem econômica. Por mais essenciais e oportunas que sejam, como efetivamente o são as que atualmente tramitam.

Esses saberes só a universidade os pode promover, numa efetiva parceria com o ensino de primeiro e segundo graus, ao qual cumpre garantir que o beneficiário final da educação — os munícipes mirins de todos os Estados da Federação — aprendam, de verdade e no tempo devido, a ler, escrever e fazer contas, habilidades essenciais da cidadania, à qual se agregam, havendo competência, dinheiro e interesse, outros berloques.

■ **Marisa Lajolo**, professora titular de Teoria Literária na Unicamp, é membro do Conselho Estadual de Educação